A lição dos números

O presidente do IBGE avisa que em duas décadas seremos 200 milhões de brasileiros e que depois a população diminuirá, mudando radicalmente o perfil do país

MARCOS SÁ CORRÊA

O professor Simon Schwartzman é um desses Ph.D.s que não se sabe o que vêem de irresistível no governo. Em maio, assumiu a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no meio de uma dessas greves que param anualmente o IBGE. Portanto, com os funcionários a dar expediente durante mais de quarenta dias em piquetes diante da sede, no Rio de Janeiro, e com a crise que esvazia o IBGE literalmente na rua. O presidente Itamar Franco, ao convidá-lo, tinha pouco mais de um semestre de mandato a exercer. O censo de 1990, que só começou em 1991, ainda estava nos computadores. A principal tarefa do IBGE está com quatro anos de atraso.

A falta do censo pode ser notada até na linha de fundo da Copa. Em 1970, a seleção jogava pelo menos com uma certeza: a retaguarda dos "90 milhões em ação", como alardeava a torcida organizada do governo militar. Os brasileiros não votavam para presidente. Mas sabiam quantos eram. Desta vez, entre anúncios e discursos oficiais, seu número oscila entre 140 e 160 milhões. Os brasileiros são, hoje, 153 milhões. Eram 146 milhões quando foram entrevistados pelos recenseadores.

O IBGE que embalou essa confusão está agora entregue a um sociólogo de 54 anos e vasto pedigree acadêmico, que vai do curso de Administração Pública em Belo Horizonte ao doutoramento na Universidade da Califórnia, em Berkeley. É um especialista em educação, tecnologia e pesquisa científica, três buracos negros dos serviços públicos no Brasil. Até tomar posse na presidência do IBGE, desdobrava-se entre o Rio, onde mora, e São Paulo, onde dá aulas na USP e dirige pesquisas na Fundação Getúlio Vargas. Com a nomeação, botou Brasília no circuito, levando para o governo um tempero novo para o caruru de números em que os dados oficiais cozinham o brasileiro: é inviável fazer programas eficazes para atender uma população que as estatísticas não conhecem direito. Com o censo finalmente no prelo, Schwartzman falou a VEJA:

PAULO JARES

"A Previdência, como está, vai falir, porque os brasileiros nascem cada vez menos e vivem cada vez mais"

VEJA — *Apesar do atraso, o censo traz novidades?*

SCHWARTZMAN — Ele muda inteiramente a perspectiva de crescimento populacional do Brasil. Não se trata de uma novidade, porque a informação já saiu de forma preliminar. Mas, com o censo na rua, fica mais difícil ignorar o fato: para os brasileiros, a época da explosão demográfica passou. O censo de 1990, que aliás é de 1991, contrariou tudo o que se esperava a esse respeito. Agora sabemos que, no ano 2020, no máximo até 2040, logo depois de atravessar o teto dos 200 milhões de habitantes, o país entrará em processo de estabilidade e depois de redução populacional.

VEJA — *Com que conseqüências?*

SCHWARTZMAN — Para começo de conversa, a discussão sobre controle de natalidade ficou obsoleta. A mudança aconteceu tão de repente que as pessoas envolvidas nesse debate aparentemente não se deram conta disso. Existe no Brasil, na prática, uma política de controle de natalidade, com os resultados que aí estão. Além disso, acaba a ilusão de remendar a Previdência Social, evitando uma reforma mais profunda. Nas bases em que foi concebida, mesmo se a consertarem por dentro, ela fatalmente desabará, mais cedo ou mais tarde. Vai falir porque os brasileiros estão nascendo cada vez menos e vivendo cada vez mais. O país terá cada vez mais velhos, e menos jovens para sustentá-los. O sistema atual foi concebido no tempo em que os cidadãos morriam em média aos 45 anos. Era isso, muito mais do que qualquer favor político, que assegurava o direito da aposentadoria aos trinta anos de serviço.

VEJA — *É notícia boa, não tem?*

SCHWARTZMAN — Há coisas que o menor crescimento demográfico simplifica ou, pelo menos, desentorta. Como a pressão sobre os grandes centros urbanos, que está amainando, permitindo que as cidades possam ser mais bem administradas. Prepare-se quem acha que São Paulo não pode parar: a cidade já está parando. O Rio de

Janeiro praticamente parou desde os anos 80. Mudam também os programas educacionais. De que adianta ficar construindo escolas, se daqui a pouco vão sobrar vagas, porque há menos crianças nascendo? Em São Paulo, está constatado, há vagas sobrando e turmas pequenas na rede pública.

VEJA — *Como isso afeta a educação?*

SCHWARTZMAN — Nunca foi tão vital cuidar, acima de tudo, do ensino básico, preparando gente que saiba ler, escrever, fazer conta — ou seja, tenha os requisitos mínimos para enfrentar um mundo de máquinas mutáveis, que tornam inútil aprender bem uma rotina, com a expectativa de viver dela indefinidamente. Um engano que se comete em relação ao futuro é pensar que ele exigirá cada vez mais técnicos. Seu número nunca será muito grande. Os empregos que a sociedade pós-industrial promete estarão principalmente no setor de serviços. Um banco precisa cada vez menos de caixas, pois esse é um serviço que o computador pode fazer. Quem terá mais chance de se empregar, então? Quem souber atender o cliente por telefone e manter uma conversa competente, que vá além da rotina, da resposta automática que o computador é capaz de dar.

VEJA — *É proposta para filho de pobre?*

SCHWARTZMAN — Para o filho de qualquer um. Há pouco tempo estive na Inglaterra, onde meu filho Felipe, de 13 anos, fazia no colégio um curso de tecnologia e tinha de desenvolver um aparelho mecânico. Ele estava no maior entusiasmo com isso. Eu também fiquei, pelo contraste com nossa educação livresca. Mas, quando comentei o assunto, soube que o curso iria acabar ou, pelo menos, deixar de ser obrigatório — para concentrar o esforço dos alunos na aquisição de habilidades fundamentais, que são as que efetivamente contam. A formação genérica, inclusive nas humanidades, habilita a aprender para o resto da vida. Isso é decisivo, já que não adianta mais dar formação técnica muito especializada a um operário para lidar com uma máquina. O provável é que, ao longo de sua vida produtiva, a máquina fique obsoleta — e ele também. Operário especializado é daqui para a frente o que pode ler um manual, muitas vezes em inglês, e entender o software de controles computadorizados. Ou seja, que tenha pelo menos a escola secundária bem-feita.

VEJA — *No ensino básico, dispensado de gastar com a construção de escolas, o governo pode fazer mais por menos dinheiro?*

SCHWARTZMAN — Não. A verdade é que construir escola não é tão caro assim. Pode até ser um completo desperdício, mas nunca é tão dispendioso quanto, por exemplo, manter professores bem pagos. Em decisões como essas não tem facilitário. Serviços sociais, como educação e saúde, são caros e tendem a custar cada vez mais. Nem por isso deixam de ser indispensáveis. Isso fica mais fácil se as prioridades nacionais estiverem calibradas para a realidade do país, coisa que a política não está fazendo.

VEJA — *Será porque o censo atrasou?*

SCHWARTZMAN — O censo atrasou, mas as evidências de que o problema do crescimento populacional está-se reduzindo eram disponíveis há alguns anos. Isso não impede que haja gente até hoje brigando sobre se devemos ou não introduzir políticas de controle de natalidade, que a própria população já implantou. O processo de transição do campo para a cidade? E daí? Daí que reforma agrária agora é para resolver os problemas do campo. Não adianta fingir que resolverá por tabela o problema das favelas, porque não dá. Os problemas das cidades são muito maiores e mais sérios. A questão agrária hoje é um problema setorial, deixou de ser a grande questão nacional. Concentra-se no interior do Nordeste, numa população isolada em bolsões de pobreza, de seca, de latifúndio improdutivo. E sobra para as áreas em que a capitalização do campo gerou os bóias-frias, ao redor de grandes plantações mecanizadas. Existem problemas sérios de concentração da propriedade e de latifúndios improdutivos, mas o mais importante é capacitar as pessoas a fazer melhor uso de novas tecnologias. Levar essas tecnologias até elas.

> **"Há coisas que o menor crescimento demográfico desentorta. Como a pressão sobre as grandes cidades, que está amainando, permitindo que elas possam ser mais bem administradas. Prepare-se quem acha que São Paulo não pode parar: já está parando. O Rio já parou, praticamente"**

VEJA — *E o que tem o censo a ver com isso?*

SCHWARTZMAN — As pesquisas de população, como o censo demográfico e as pesquisas por amostra domiciliar, dão esse tipo de aviso. Estamos lançando por estes dias os dados gerais do censo de 1991, mas as informações mais detalhadas, de uma amostra da população, estão entrando agora nos computadores. O último censo econômico é de 1985, e deve ser realizado novamente em 1995, se existirem recursos adequados. As estatísticas econômicas no Brasil têm como base as firmas registradas, com C.G.C. Por isso não captam o que ocorre na produção informal, que é imensa, mas as estatísticas a ignoram, porque se baseiam na análise de impostos, de folhas de pagamento, da papelada que só a economia formal produz. O que sobra, por exclusão, é definido como marginal.

VEJA — *Marginal para os pesquisadores?*

SCHWARTZMAN — Há 4 ou 5 milhões de favelados no Rio de Janeiro. O que significa ser favelado num país que não tem programa habitacional há décadas? Muitas vezes se trata de pessoas que moram em situações irregulares, porém com família constituída, geladeira, televisão, antena parabólica, mas sem os serviços públicos de esgoto, eletricidade regular. São marginais, antes de mais nada, para o Estado.

VEJA — *Quando o IBGE descerá até esse Brasil informal?*

SCHWARTZMAN — Por enquanto, foi a economia informal que baixou no IBGE. O instituto, nos anos 70, virou fundação, para pagar salários diferenciados, ter liberdade de movimento e autonomia administrativa. A Constituição de 1988 acabou com isso. Todo o pessoal virou funcionário público, com benefícios de estabilidade e aposentadoria integral e, em troca, um brutal achatamento de salário, porque o governo não tem dinheiro. Quando sai um aumento, é geralmente para quem ganha menos. Resultado: muitas vezes, sai quem é qualificado, fica quem não é. O pessoal faz escambo lá dentro.

VEJA — *Pode?*

SCHWARTZMAN — Não pode é fazer as coisas formalmente. No IBGE, micro é moeda. Se a equipe de pesquisa tem um projeto interessante e faz um contrato com uma agência para executá-lo, combina o pagamento mais ou menos assim: "Vai

custar dois micros". Por quê? Porque, se o contrato for pago em dinheiro, cai no caixa único, não chega ao departamento que fez o trabalho, menos ainda até a pessoa que teve a iniciativa de contratá-lo. Então, a turma pede micro e, pelo menos, se equipa. Sem contar o que deve ter no IBGE de gente fazendo serviço para fora, complementando salário com biscate, dando consultoria.

VEJA — *Visto de fora, o IBGE parece sempre em greve.*

SCHWARTZMAN — Por dentro, vê-se que ele está vivo. Posso dizer que até as greves se tornaram mais prudentes, mais preocupadas em preservar o IBGE. Neste ano, não se interrompeu durante a greve a coleta de dados sobre custo de vida, para não quebrar a série histórica, como aconteceu no governo Sarney, levando o IBGE a perder para a Fundação Getúlio Vargas esse papel. Assumi no meio da greve e, no contato com a comissão sindical, fiquei impressionado ao ver que muitos eram funcionários com mais de vinte anos de casa, comprometidos com a instituição, vendo no movimento uma forma de participar do debate sobre o destino do IBGE.

VEJA — *O IBGE está quebrado?*

SCHWARTZMAN — Vai muito mal. São ao todo 10 550 funcionários ativos. Uns 8 000 e tantos têm nível secundário ou menos que isso. Cerca de 1 500 têm nível superior. São esses, principalmente, que estão indo embora, aposentando-se em altíssima velocidade. Nos últimos quatro ou cinco anos perdemos 25% do pessoal mais qualificado. Como órgão do governo submetido ao regime único da administração federal, o IBGE está condenado à morte lenta. Vai perder o pessoal que tem e não vai formar outra equipe equivalente. Mas o que impressiona é a quantidade de técnicos e pesquisadores que ainda sobrou. Apesar de tudo, gente qualificadíssima.

VEJA — *É por falta de estatísticas que o país faz vôo cego?*

SCHWARTZMAN — A falta de estatísticas deforma políticas de governo, sim. Um governo informado de que tem 5 000 ou 10 000 crianças abandonadas para cuidar pode imaginar uma estrutura adequada para resolver isso. Está diante de um problema que cabe em soluções administrativas. Mas, se está convencido de que há milhões de meninos de rua, aí o problema vira coisa de ONG, de campanhas internacionais, de oposição. Os americanos têm muita competência no tratamento dessas questões.

VEJA — *Competência ou verba?*

SCHWARTZMAN — Os Estados Unidos podem ser um país rico, mas têm problemas de marginalidade em cidades como Nova York, Washington, Chicago ou Boston que nada devem aos nossos. Alguns desses problemas são insolúveis. Mas isso não impede que, lá, o governo decida criar abrigos para mendigos, manter hospitais públicos, prestar todos os serviços chamados assistenciais. Nesses casos, é para ser assistencialista mesmo. No Brasil, o exagero dos números criou a convicção de que o assistencialismo não resolve. Os problemas parecem ter tal magnitude que, para resolvê-los, seria preciso antes consertar o Brasil inteiro, mudá-lo de alto a baixo, reformar a ordem social, política e econômica. Vivo ouvindo a conversa de que o país tem mais de 30 milhões de pessoas sem condições mínimas de subsistência. Ou seja, de mendigos.

"Fica complicadíssimo saber o que se faz com os índios, se os índios a ser preservados não são reais, mas sua encarnação romântica, aqueles de José de Alencar, que vivem em harmonia com a natureza. O índio vende as árvores de sua reserva para as madeireiras, porque é humano"

VEJA — *De onde brotam tais números?*

SCHWARTZMAN — Das estatísticas oficiais. Ao fazer pesquisa sobre renda, o tipo de dado que geralmente se recolhe baseia-se na declaração pelo entrevistado de quanto ele ganha. Se declara que é um salário mínimo ou menos, e o valor for comparado com o da cesta básica, por definição o entrevistado tem de estar com fome. Não se procura saber se vive com soluções alternativas. Um número considerável de brasileiros se vira no mercado informal, fazendo biscates. Tem uma renda irregular, o que não quer dizer ilegal. Isso os questionários não captam. Seria preciso mergulhar na vida desses brasileiros para entender como se organizam.

VEJA — *E assim varrer a pobreza para debaixo das estatísticas?*

SCHWARTZMAN — Aonde o exagero nos está levando? De um lado, os números inchados alimentam a crença de que os problemas brasileiros não têm saída fora de grandes reformas gerais. Isso atende à nostalgia da revolução. Mas paralisa e desmoraliza o trabalho cotidiano dos profissionais da saúde, da segurança e da educação. De outro, dá aos neoliberais pretexto para alegar que o Estado não deve se meter com problemas maiores do que ele. Existe uma vasta pobreza pedindo para ser atendida com serviços públicos competentes.

VEJA — *A solução está nos números?*

SCHWARTZMAN — Tome-se o caso das crianças abandonadas. O Brasil tem muita criança com problemas criados pela pobreza: falta de alimentação adequada, necessidade de trabalhar numa idade em que deveria estar na escola, sendo empurrada para a marginalidade. E tem criança abandonada na rua. As contagens efetivas falam em alguns milhares de crianças nas ruas das grandes cidades. Dez mil, talvez. Quando se fala em milhões de meninos de rua, confunde-se o problema da criança pobre com o dos meninos de rua. Tem lugar sobrando no Rio de Janeiro em albergues para meninos abandonados mantidos pelas ONGs.

VEJA — *Isso é apenas erro de conta?*

SCHWARTZMAN — É também um estilo nacional. É o estilo que nos leva a entregar um território do tamanho de Portugal aos ianomâmis, em vez de ter uma política indigenista. Fica complicadíssimo saber o que se faz com os índios, se os índios a ser preservados não são reais, mas sua encarnação romântica. Lidamos até hoje com os índios de José de Alencar e Jean-Jacques Rousseau, que vivem em harmonia com a natureza, em contraste com a sanha predatória do homem branco. Bota-se esse índio na redoma de um parque nacional gigantesco, tão vasto que é impossível policiá-lo. E o índio vende as árvores de sua reserva para as madeireiras, porque é humano. Temos uma legislação para a infância que não faz a menor diferença entre uma criança de 8 anos e outra de 17 anos e 11 meses. Sem uma política adequada para tratar com jovens adolescentes, acaba-se por deixá-los à mercê de grupos de extermínio, vinditas de comerciantes, polícia mineira. Assim, todo brasileiro se sente cúmplice de linchamentos. Começa-se com uma idealização. Acaba-se num mal-estar maior ainda. ■